

O CASO DOS FRIGORÍFICOS: CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA EXISTENCIALISTA E DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO PARA REFLETIR SOBRE A DEFICIÊNCIA FÍSICA ADQUIRIDA

The case of refrigerated warehouses: contributions of the existentialist phenomenology and of the psychodynamics of work to reflect upon acquired physical deficiency.

Andréa Luiza da Silveira¹

Álvaro Roberto Crespo Merlo²

Artigo encaminhado: 04/07/2013

Aceito para publicação: 07/07/2014

RESUMO

Procuramos problematizar a condição do trabalhador do setor de abate e beneficiamento de carnes que adquire uma deficiência física pelo trabalho, discutindo teoricamente o conceito de corporeidade mediante as contribuições da fenomenologia existencialista e da psicodinâmica do trabalho. Objetivando analisar o problema que nos colocamos, utilizamos os dados provenientes de pesquisas e de sistemas do Estado tais como: a) o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) de 2010; b) o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2010 e; c) o censo de 2000 do IBGE, bem como, da nossa inserção em atividades promovidas pelo sindicato da categoria, através da observação participante. Então, apesar da observação participante provocar a problematização sobre a ocorrência da deficiência física adquirida pelo trabalho não é possível saber, se a deficiência está relacionada ao trabalho, qual é essa deficiência, qual sua relação com o trabalho por tipo de atividade e assim por diante. Desta forma, ao recorrermos aos dados dos sistemas de Estado e as pesquisas observamos faltarem estudos epidemiológicos que caracterizem a aquisição da deficiência física adquirida pelo trabalho. Neste sentido, lançamos a hipótese de que tal questão pode estar *socialmente invisível* decorrendo na inviabilidade da construção de políticas públicas. Portanto, nossas análises indicam a necessidade de continuarem-se as pesquisas sobre a relação entre funcionalidade, deficiência e desvantagens físicas e trabalho.

Palavras-chave: Psicodinâmica do trabalho. Fenomenologia existencialista. Psicologia do trabalho. Deficiência física adquirida pelo trabalho.

¹ Doutoranda da Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: deasilveira@gmail.com

² Professor Doutor da Faculdade de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: merlo@ufrgs.br

ABSTRACT

We aim to problematize the conditions of workers of the slaughterhouse and meat processing sector who acquire a physical deficiency by work, theoretically discussing the concept of corporeality under the contributions of the existentialist phenomenology and of the psychodynamics of work. With the objective of analyzing the problem raised, we use the data proceeding from surveys and from State systems, such as: i) the 2010 *Cadastro Central de Empresas* (Cempre); ii) the 2010 *Anuário Estatístico da Previdência Social*; and iii) the 2000 IBGE census, as well as our inclusion in activities promoted by the category's syndicate, through participant observation. Therewith, despite the fact that the participant observation leads to problematization on the occurrence of physical disability acquired by work, it is not possible to know if the disability is work-related, which deficiency it is, its relationship with work by type of activity, and so on. In this way, when resorting to data from the State systems and from the surveys, we observe the lack of epidemiological studies that characterize the acquisition of physical disability acquired by work. In this sense, we consider that this question may be *socially invisible*, elapsing in the unfeasibility of the construction of public policies. Therefore, our analyses indicate the need to continue the researches upon the relationship between functionality, disability, and physical handicaps and work.

Keywords: Psychodynamics of work. Existentialist phenomenology. Work psychology. Physical disability acquired by work.

1 INTRODUÇÃO

A corporeidade, segundo Le Breton (2003) e Ortega (2008) é um dos aspectos centrais de uma cultura. Neste sentido, a concepção do corpo perfeito que predomina em nossa sociedade vai de encontro à vivência dos trabalhadores, principalmente quando a deficiência física passa a ser a sua forma de estar no mundo. Assim, nos propomos refletir, no âmbito do campo da saúde do trabalhador, considerando as contribuições da fenomenologia existencialista e, sobretudo, da psicodinâmica do trabalho, sobre o que Dejours (2004a) nos provoca a pensar sobre aspectos do vivido no trabalho. Neste sentido, pudemos ter uma aproximação com o universo do vivido, ao assistir o documentário *Carne e Osso* que traz relatos dos trabalhadores de frigoríficos, o que nos provoca a problematizar sobre a ocorrência da *deficiência física adquirida pelo trabalho*.

Então procuramos inteirarmo-nos sobre esta questão e muito pouco encontramos a respeito, o que nos levou a refletir junto com Ortega (2008) sobre o advento da aversão à dependência na sociedade ocidental contemporânea, em que as pessoas que dependem de políticas públicas e sociais são qualificadas como pessoalmente fracassadas ou/e parasitas sociais. Este valor parece perpassar as relações de trabalho no que se refere às licenças de saúde, às aposentadorias por doença ou acidente de trabalho e à deficiência física adquirida pelo trabalho. (HEROLD, JR., 2006)

Verificamos então, por um lado, que a cidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, e região, abriga as maiores indústrias brasileiras destinadas ao abate e beneficiamento de carnes, qual sejam, a BrFood S.A. e Aurora Alimentos, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2009 (Dal Magro, 2012, p.23), emprega 18% da força de trabalho do município. E, por outro lado, que os processos de trabalho destas agroindústrias têm sido o cenário dos dramas e das lutas correspondentes às condições de trabalho e à saúde dos trabalhadores dos frigoríficos.

Ademais, a troca de experiências com trabalhadores da agroindústria, através da nossa participação em várias atividades do sindicato, tornou possível perceber que há um contingente de trabalhadores que foram brutalmente afetados em sua funcionalidade corporal, em função do seu trabalho, por um estágio avançado da LER/DORT ou por um acidente de trabalho. No entanto, não temos dados estatísticos que revelem a prevalência das deficiências relacionadas ao trabalho, tampouco a conceituação sobre a deficiência mesma e, menos ainda, sobre a categoria deficiência adquirida pelo trabalho. Desta forma, pensamos que a deficiência adquirida pelo trabalho, como fenômeno concreto, está diluída em outras categorias como os acidentes típicos, acidentes de trajeto e doenças ocupacionais.

2 ANÁLISE DOS SISTEMAS DE ESTADO

O setor de abate e beneficiamento de carnes é marcado, principalmente, por uma gestão do trabalho que regula os processos de trabalho tornando-os extremamente penosos, ou seja, com um ritmo acelerado determinado pelas metas de produção, com uma jornada de trabalho organizada de acordo com os interesses econômicos e num ambiente confinado, úmido e frio ocasionando sérios impactos para a saúde dos

trabalhadores, presumindo, inclusive, a deficiência física adquirida pelo trabalho (DAL MAGRO, 2012; SANTOS, 2011; SARDÁ, 2009; NELI, 2006).

Inicialmente, entendemos que há certa divergência em torno das nomenclaturas das deficiências adotadas na tradução para o português do *International Classification of Functioning, Disability and Health* (ICF) produzido pela Organização Mundial da Saúde – OMS – no ano de 2001 (DINIZ, MEDEIROS e SQUINCA, 2007). Entretanto, de acordo com Farias e Buchalla, (2005) a versão em português segue os preceitos da original, isto é, considera a avaliação e o diagnóstico sob o prisma de que a opressão social impingida às pessoas com deficiências causa-lhes mais desvantagens do que a lesão em si.

Silva (2013, p.141) resgata o processo histórico em que se chegou a definir a nomenclatura pessoa deficiente referindo-se a Pêucheux e Bakhtin, fundamentando que “o signo não reflete, mas sim refrata a realidade, de modo que a disputa pelo sentido de certas palavras não só evidencia a relativa autonomia entre língua e sociedade e/ou cultura, como cria verdadeira arena para a luta de classes”. Neste sentido asseveramos a importância de haver uma categoria específica que expresse a deficiência adquirida pelo trabalho, visando, deste modo, dar visibilidade a este fenômeno social.

Podemos, então, observar a relevância desta categoria profissional e deste setor produtivo, pois dos 43 milhões de trabalhadores, oito milhões ocupam os postos em frigoríficos, ou seja, 18,6% dos trabalhadores com ocupação formal (BRASIL.gov.br).

Os dados sobre acidentes de trabalho do Anuário Estatístico da Previdência Social, de 2010, mostram a ocorrência de 701.496 acidentes de trabalho. Foram encaminhados para reabilitação profissional 58.543 trabalhadores, dos quais 17.647 foram considerados reabilitados. Estes dados nos fazem pensar sobre a situação concreta dos trabalhadores não reabilitados e nas consequências destes acidentes para as suas vidas. Parece-nos que a alcinha de não reabilitados não revela a real situação em que se encontram nos termos da CIF, entre eles: funcionalidade, desvantagens e deficiências.

Silva (2013, p. 144) esclarece-nos sobre os termos do documento da ONU oriundo do Programa Mundial de Ação sobre as Pessoas Deficientes. Ressalta a complexidade do termo desvantagem, isto é, “perda ou limitação de oportunidades, para participar na vida da comunidade em pé de igualdade com os outros”. As definições das terminologias podem ter deste modo, um impacto sociológico e político bastante importante, como psicológico também, portanto, uma condição existencial que necessita ser conhecida e considerada.

Na região sul, o mesmo anuário aponta um total de 156.853 acidentes de trabalho (BRASIL, 2010, p. 496); desse total, 110.409 foram notificados pela Comunicação de Acidentes de Trabalho – CAT – que, por sua vez, foram subdivididos em categorias de: a) acidentes típicos com 88.480; b) acidentes de trajeto com 18.170; e c) doença ocupacional com 2.852. O documento mostra que ocorreram 5.099 acidentes de trabalho em frigoríficos.³ Esses dados nos indicam a gravidade do contexto de trabalho do coletivo de trabalhadores, ainda mais se considerarmos o problema da subnotificação.

O censo de 2000 do IBGE (IBGE, 2000), o único que questionou sobre a incidência das deficiências das pessoas, revelou que 24.600.256 pessoas se declararam com alguma deficiência, mas se desconhecem muitas das suas magnitudes (BRASIL, 2007, p.19). Assim, a deficiência física adquirida pelo trabalho não aparece como caracterização. Não é possível saber, ao analisar os dados do anuário (BRASIL, 2010) ou do documento sobre a *Avaliação das pessoas com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada da assistência social: um novo instrumento baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde* (BRASIL, 2007), se a deficiência está relacionada ao trabalho e qual sua relação com os processos de trabalho por tipo de atividades. Fica evidente a necessidade de estudos epidemiológicos que caracterizem a relação entre aquisição de deficiências e trabalho.

A Assistência Social define que a pessoa com deficiência é “[...] aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho em razão de anomalias ou lesões irreversíveis, de natureza hereditária, congênita ou adquirida que impeçam o desempenho das atividades da vida diária e do trabalho” (BRASIL, 2007, p.28). Verifica-se, então, que a CIF influencia os modelos de avaliação da deficiência para a administração de benefícios, embora o conceito proposto difira da concepção da CIF que relaciona a deficiência com a funcionalidade orgânica, psíquica e social. Neste sentido, será preciso averiguar como a terminologia deficiência pode se adequar à condição dos trabalhadores que têm a sua funcionalidade afetada pelo trabalho.

3 A GESTÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

³Classificados de acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica sob a rubrica de CNAE 10.1, Abate e fabricação de produtos de carnes.

Santos (2011) e Espíndola (1999) mostram que a vivência dos trabalhadores das agroindústrias de Chapecó, na relação com a indústria e com o seu trabalho, modifica-se substancialmente após a década de 90. Antes desta década, a vivência dos trabalhadores era atravessada por uma gestão patriarcal. A maior indústria da região definia-se como 'família Sadia'. A gestão, encarnada na pessoa do patriarca Atílio Fontana, promovia certos valores de família no contexto do trabalho, por meio de alianças sociais e comunitárias. Ainda hoje os trabalhadores mais antigos relatam que sentiam orgulho de serem funcionários e punham como perspectiva 'crescer' junto com a indústria. A saída do patriarca da gestão da Sadia coincide com as transformações do processo de trabalho e da organização do trabalho, impulsionada por seus herdeiros. (ESPÍNDOLA, 1999; SANTOS, 2011)

O processo de trabalho e a gestão do trabalho, característicos da reestruturação produtiva, estão consolidados e foram observados por estudos realizados em função de pesquisas acadêmicas e de Ações Civis Públicas que fundamentam Termos de Ajuste de Conduta – TAC. (SANTOS, 2011, MINISTÉRIO PÚBLICO, 2011) As inconformidades encontradas em frigoríficos de todo país geraram um amplo debate de cunho nacional e a prescrição das condições de trabalho através da Norma Regulamentadora sobre o Abate e Processamento de Carnes e Derivados (MPT, 2013).

As reformulações do processo de trabalho e da gestão na reestruturação produtiva no âmbito local se evidenciam por uma maquinaria mais leve e mais rápida; pela rigidez de horários de pausa para lanche e ir ao banheiro, segundo normas previamente estabelecidas; pela proibição de conversas e brincadeiras; e pela diminuição dos eventos sociais compartilhados pelos colegas fora do trabalho. O controle do processo de trabalho é de tal monta que não havia impedimentos para o estabelecimento do ritmo acelerado de trabalho, da longa jornada de trabalho e da diminuição da temperatura do ambiente. Assim, ocorre no contexto local a reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, evidenciado pelo aumento do adoecimento no trabalho, ressaltado neste caso tanto pelas LER/DORT como pelos transtornos psíquicos (DAL MAGRO, 2012; SANTOS, 2011; SARDÁ et. al, 2009).

A partir de 2009, o horizonte político apresenta transformações. Durante 22 anos o coletivo de trabalhadores das principais indústrias frigoríficas da cidade de Chapecó teve sua representação sindical composta por aliados do empresariado local, tempo marcado pelo controle das negociações que envolviam o salário e as condições de trabalho. Esta

conjuntura política é modificada em 2010, quando uma intervenção do Ministério Público viabilizou que os trabalhadores organizados promovessem um processo eleitoral legítimo e democrático (SARDÁ et. al., 2009; SANTOS, 2011). Somente depois da eleição da nova diretoria do sindicato este coletivo de trabalhadores pôde colocar a saúde e as condições de trabalho como pauta nas mesas de negociação, participando ativamente nas lutas de cunho nacional.

Neste sentido, afirma-se que o horizonte histórico em que o problema se configura pode ser sintetizado pela concepção de uma corporeidade do 'homem-máquina', sobrepujada diretamente pelo controle do processo de trabalho, de acordo com os preceitos tecnológicos e de gestão característicos da reestruturação produtiva que se instala no setor de beneficiamento de carnes na cidade de Chapecó, em meados dos anos 90. Os acontecimentos ocorridos na cidade de Chapecó tendem a ratificar o entendimento de que a disciplina que marca o modo de produção capitalista tenha sido substituída pelo controle que transcende o local de trabalho e se estende para estabelecer um modo de ser (DEJOURS, 2007; DEJOURS E BÈGUE, 2010; Silva, 2005).

Observa-se especialmente que a fragmentação dos movimentos sociais e das organizações de classe têm certo impacto na produção de saberes e práticas a serviço da prevenção e promoção da saúde das pessoas, a exemplo do exercício do *controle social* (MERLO, 2005; FLEURY e LOBATO, 2010; MINAYO GOMEZ, MACHADO e PENA, 2011). Desta maneira, considera-se que o atual momento político propicia que os pesquisadores e profissionais das instituições e serviços de saúde regionais possam avançar um pouco mais na análise da realidade e na reflexão sobre os saberes e práticas correspondentes ao campo da saúde do trabalhador.

No contexto da globalização, as ciências, como conjunto de práticas e saberes, têm um papel de excelência muito mais para a justificação e promoção do controle do modo de ser das pessoas. A consequência disso é um conjunto de práticas de dominação extremamente eficientes. No interior das indústrias elas são efetivadas pelos profissionais de saúde e de gestão (DAL MAGRO, 2012; SANTOS, 2011, NELI, 2006), confirmando que “[...] na prática laboral cotidiana tende-se a instituir a doença do trabalho como um problema pessoal e subjetivo. O adoecer adere-se ao enfoque da produção da culpa [...] quando se transfere ao trabalhador a responsabilidade pelas adversidades das condições de trabalho”. (VERTHEIN e MINAYO GOMEZ, In.: Minayo Gomez, Machado e Pena, 2011, p.274)

Os saberes e práticas que justificam os interesses econômicos em prol da produtividade e do lucro fomentam, igualmente, certa produção de forma de pensar e pensar-se, sentir e sentir-se, experimentar e experimentar-se, o que alguns autores como Ortega (2005) problematizam no âmbito do diagnóstico médico por imagem e Herald Jr. (2012) na área do trabalho. Estas análises devem valer para entender a concepção sobre a corporeidade subjacente ao trabalho na indústria, particularmente da indústria de abate e beneficiamento de carnes. Ortega (2005, 246) argumenta que:

A materialidade corporal constitui nossa inescapável localização física no tempo e no espaço, na história e na cultura. Se, por um lado, nos molda e nos limita, é, pelo outro, condição de possibilidade, liberdade, um “eu posso”, (...). O corpo é a maneira de exprimir nosso ser no mundo, uma experiência que implica o conjunto dos sentidos e que escapa na mera apreensão visual e objetivante da mídia e das tecnologias de imageamento, as quais destroem os referenciais de espaço e tempo necessários na experiência do corpo próprio.

Quer dizer que a experiência da corporeidade é constituída pela síntese de uma situação específica e sua historicidade, considerando que ser orgânico esboça todo o movimento da existência, assim como esclarece Merleau-Ponty (2006, p.125),

A fusão entre a alma e o corpo no ato, a sublimação da existência biológica em existência pessoal, do mundo natural em mundo cultural, é tornada ao mesmo tempo possível e precária pela estrutura temporal de nossa experiência. Cada presente, através de seu horizonte de passado imediato e de futuro próximo, apreende pouco a pouco a totalidade do tempo possível; ele supera assim a dispersão dos instantes, está em posição de dar seu sentido definitivo ao nosso próprio passado, e de reintegrar à existência pessoal até mesmo este passado de todos os passados que as estereotípias orgânicas nos fazem adivinhar na origem de nosso ser voluntário. Nessa medida, até mesmo os reflexos têm um sentido, e o estilo de cada indivíduo ainda é visível neles assim como o batimento do coração se faz sentir até na periferia do corpo.

As vivências nas atividades laborais são contraditórias e constituem-se permeadas pela violência, sofrimento e medo, mas também pelo prazer, comprometimento, reconhecimento e cooperação, tal como se evidencia em estudos diversos (DEJOURS, 2004a, 2004b; DEJOURS e BÈGUE, 2010; MERLO, 2007). Algumas destas experiências, sobretudo ao apropriarem o assédio moral e a violência como estratégias de gestão, tem

se revelado como desencanto e falta de perspectivas, que no seu ápice, compõe o fenômeno do suicídio no trabalho (DEJOURS, 2010; BARRETO, Netto Pereira, 2011). Identifica-se que estes atravessamentos estão presentes também nas agroindústrias (DAL MAGRO, 2012; SANTOS, 2011; NELI, 2006). No caso da agroindústria, a hipótese que ilumina a problemática aqui esboçada é que as estratégias de gestão apoiam-se na violência e se ligam fortemente à experiência do corpo como prótese da máquina, (LE BRETON, 2003) em detrimento da ideologia do corpo perfeito vigente na contemporaneidade (ORTEGA, 2008).

Embora o censo de 2000 e a Fundação Getúlio Vargas desenhem um quadro geral sobre a deficiência no Brasil (BRASIL, 2007), nada há sobre a deficiência física adquirida no trabalho. Observou-se, então, que a discussão sobre a deficiência e o trabalho está muito mais voltada para a inclusão de pessoas com alguma deficiência no mercado de trabalho, a distribuição de benefícios e os critérios de avaliação da deficiência. (BRASIL, 2007; CARVALHO-FREITAS e MARQUES, 2010). Entretanto, a preocupação esboçada sobre a avaliação da deficiência para fins previdenciários e a problematização em torno dos métodos possíveis para diagnosticar e classificar a deficiência, como, por exemplo, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF (2004) indica que esta questão pode estar se evidenciando e que urge ser investigada.

4 A CORPOREIDADE EM EVIDÊNCIA

As considerações das perspectivas antropológicas sobre a corporeidade oferecem o dimensionamento necessário para examinar as imbricações entre a corporeidade e o trabalho. Le Breton (2011, p.09) afirma, após uma exaustiva investigação sobre “[...] um corpo que se transforma cada vez mais em corpo-máquina, sem sujeitos nem afetos [...]”, que a fragmentação do corpo através da sua manipulação, nas sociedades ocidentais contemporâneas “[...] é consequência da fragmentação do sujeito. O corpo é hoje um desafio político importante, é o analista fundamental de nossas sociedades contemporâneas.” (LE BRETON, 2011, p.26).

Ortega (2011), ao tratar das deficiências, conecta suas análises da corporeidade às transformações históricas das sociedades ocidentais fazendo contrapontos com culturas orientais. Destaca a associação entre dependência e deficiência relativa ao sentimento de

vergonha, e reitera que a “[...] aversão à dependência é característica de sociedades despolitizadas como a nossa. Em sociedades com intensa vida pública, o senso de mútua dependência está na base da ligação social.” (ORTEGA, 2008, p.35) Acirra-se a experiência de indivíduos autônomos que sustentam um Estado desobrigado da assistência, e que lida com indivíduos dependentes como “parasitas sociais”, isto é, aqueles que se encontram impossibilitados de realizar a prática do cuidar de si. No centro disto, ampliando-se nas mais diversas dimensões, observa-se que as “Ideologias da saúde e do corpo perfeito nos levam a contemplar as doenças que retorcem a figura humana como sendo sinônimos de fracasso pessoal.” (ORTEGA, 2011, p.35).

No caso da corporeidade no trabalho, o corpo não está sendo manipulado pelo próprio sujeito movido por um desejo referente a certa ambição estética. Não é o próprio sujeito que controla o seu corpo, mas é o Outro através da máquina e de recursos de gestão que o faz. O corpo torna-se, parafraseando Le Breton (2011), a prótese da máquina. Assim, as falas dos trabalhadores dos frigoríficos registradas na pesquisa de Dal Magro (2012) e Santos (2011) sugerem o que Le Breton (2011) assinala, uma experiência de um corpo como parte da máquina ou comandado pela máquina. Certamente pode-se referir à experiência do corpo-máquina no trabalho como constitutivo do sofrimento, não obstante o prazer que a realização do trabalho possa proporcionar.

Nessa situação, evidenciam-se as relações de poder expressas no discurso e na prática jurídica e médica, que Ortega e Zorzaneli (2010) inspirados em Foucault, denominam de *biopolítica*. Ela constitui-se dos dispositivos de saber e de poder que controlam as nuances da vida humana como nascimento, morte, duração e condição de saúde, isto é, “(...) todas as condições que podem fazer um corpo variar, tanto individual quanto coletivamente.” (ORTEGA e ZORZANELLI, 2010, p.71).

Observa-se, além disso, uma manipulação do corpo, talvez mais sutil através do controle do humor pelos psicofármacos. Le Breton (2011, p. 57) assevera que:

Abandonar-se a seu humor ‘natural’ do dia seria privar-se de recursos preciosos ou se tornar menos competitivo no trabalho ou na vida cotidiana. Se a anatomia não é mais um destino, a afetividade tampouco, quando um vasto leque de meios farmacológicos propõe seus serviços. A chave da relação com o mundo reside na vontade que decide sobre a molécula apropriada para retificar um corpo mal ajustado, modificando o humor. Melhor traçar o caminho bioquímico em si do que enfrentar sem defesa a provação do mundo.

A psicopatologização do trabalhador que adocece e a utilização de fármacos e psicofármacos para que lide com suas 'dores' faz com que se medite novamente sobre a relação entre a disciplina e o controle (BRANT e MINAYO GOMEZ, 2011). Parece que, mais uma vez, é um modo de viver que se tenta controlar, pois a relação com a dor, com o desconforto, é também uma forma de estar no mundo, neste mesmo mundo que se quer, de algum modo, evitar. (LE BRETON, 2011; ORTEGA, 2010) Entretanto, assegura Le Breton, "Felizmente, continuamos a ser de carne para não perder o sabor do mundo." (2011, p. 226).

Ser carne é estar historicamente situado, mediante um campo de possibilidades constitutivas da situação. Sartre (1997) e Merleau-Ponty (2006) postulam que o sujeito situa-se entre os objetos do mundo mediante seu corpo, estabelece relações com os outros e vive a temporalidade. Assim, é pela corporeidade que o sujeito constitui-se, que saboreia, ou seja, experimenta. Merleau-Ponty (2006, p. 296) afirma que:

Temos a experiência de um mundo, não no sentido de um sistema de relações que determinam inteiramente cada acontecimento, mas no sentido de uma totalidade aberta cuja síntese não pode ser acabada. Temos a experiência de um Eu, não no sentido de uma subjetividade absoluta, mas indivisivelmente desfeito e refeito pleno curso do tempo. A unidade do sujeito ou do objeto não é unidade real, mas uma unidade presuntiva no horizonte da experiência.

Os estudos sobre corporeidade e trabalho, segundo o que indica Herold Jr. (2006) são muito mais direcionados à relação entre corpo e consumo do que corpo, produção e trabalho. Mediante as suas análises e o debate que propõe entre o *materialismo histórico dialético*, a perspectiva antropológica e as produções sobre corporeidade e atividade da clínica do trabalho, Herold Jr. (2006) nota que é preciso compreender o corpo de quem trabalha examinando-o nas imbricações entre produção e trabalho. Assim, o modo de produção capitalista, ao explorar a capacidade de trabalho, extrai do trabalhador suas potencialidades, entre elas, as corporais. O autor declara, então, que para compreender efetivamente a corporeidade no trabalho e pelo trabalho, as análises necessitam extrapolar o processo de trabalho em que a atividade é realizada detendo-se, de modo precípua, na "(...) concorrência social de todas as potencialidades humanas" (HEROLD Jr., 2006, p. 109).

O conceito de trabalhador coletivo originário de Marx em *O capital* tem sido adotado em estudos do campo da saúde do trabalhador, como os de Minayo (2011) e Herold Jr. (2006). O trabalho e os fenômenos compreendidos neste campo devem abranger a concepção de que o produto, resultado dos processos de trabalho, é fruto de uma ação coletiva dos trabalhadores. Neste sentido, Herold Jr (2006) reitera a pertinência, para os estudos sobre a corporeidade e trabalho, de analisar as relações de produção tanto no que implica o processo de trabalho nas suas particularidades quanto no que se refere ao modo de produção capitalista, sendo insuficientes para uma análise apenas considerar as nuances da atividade imanente ao processo de trabalho, crítica que faz aos clínicos do trabalho. Assim, o pesquisador liga as relações de produção a um corpo no trabalho, isto é, localizado no tempo e no espaço, a um corpo produzido historicamente pelo trabalho e suas implicações antropológicas.

Situado nas discussões promovidas pela clínica do trabalho, Dejours (2004, 2007; Dejours e Bégue, 2010) preocupa-se com o ‘trabalhar’, que identifica como o engajamento de uma personalidade na execução de atividades constituídas também por exigências materiais e sociais. Entrementes, o pesquisador francês observa a discrepância entre a tarefa e o real que o trabalhador, sujeito da ação, precisa enfrentar no seu cotidiano. Deste modo, para Dejours, é pela afetividade que este fracasso e a própria resistência do mundo são experimentados, “Assim, é numa relação primordial de sofrimento no trabalho que o corpo faz, simultaneamente, a experiência do mundo e de si mesmo.” (DEJOURS, 2004a, p.28).

A ação de trabalhar envolve um engajamento de uma subjetividade num determinado mundo, que Dejours (2004a, p.31) identifica como “(...) hierarquizado, ordenado e coercitivo, perpassado pela luta para a dominação.” O real do trabalho é constituído tanto pela sua materialidade quanto pelo mundo social. Os estudos de Dejours e seus achados sobre a organização do trabalho contemplam os fenômenos psíquicos intrínsecos ao trabalho, sobretudo aqueles tangentes ao sofrimento, a construção de mecanismos coletivos de defesa e a psicopatologização.

A partir de suas pesquisas Dejours (2010, 2004a, 2004b) constata que a inteligência prática e a inteligência artilosa sucedem em ato podendo ser encontradas tanto nas atividades tipicamente manuais como nas intelectuais. Sugere, então, que a ‘experiência precede o saber’ e que se compõem contemplando a história pessoal e

profissional, influenciadas pela organização do trabalho, pelos aspectos sociais associados a ela e pela atividade, ou seja, na própria situação real de trabalho.

Merlo (2007, 2009) reforça, com suas pesquisas, o que Dejours mostra em seus estudos (2010, 2007, 2004a, 2004b) sobre a recorrência dos fenômenos relacionados à organização do trabalho: o medo, a solidariedade e a resistência. O medo do erro, do assédio e de perder o emprego, em geral, corrói a solidariedade do coletivo, muitas vezes necessária para o exercício do que Dejours denomina inteligência no trabalho. Ainda seguindo Dejours, a resistência viabiliza que a solidariedade permaneça, mesmo que o coletivo recorra à “astúcia”, que implica transgredir algumas regras impostas pela gestão em função da efetivação do trabalho. De algum modo, ao proteger a solidariedade do coletivo que trabalha junto, se sustenta as condições de possibilidade para a manutenção da saúde mental.

Em suma, a inteligência prática, portanto, é uma inteligência do corpo, sua mola propulsora é a astúcia, ela está no cerne do ofício, ela está em ação em todas as atividades de trabalho, inclusive teóricas, ela é fundamentalmente subversiva e criativa, ela está amplamente difundida entre os homens, ela é pulsional, e sua subutilização é patogênica.” (DEJOURS, 2004a, s/n).

O sujeito que trabalha se reconhece no seu trabalho especialmente no julgamento da ‘beleza’ (DEJOURS e BÈGUE, 2010; DEJOURS, 2004^a, 2004b, s/n) promovido pelos pares consolidando a cooperação, o que possibilita, ademais, a constituição da identidade e do prazer no trabalho. Assim, Dejours e Merlo mostram nos seus textos que a ação no mundo através da qual o sujeito mobiliza o seu saber é fundamental para a realização desta identidade. Neste ponto, importa considerar a história singular. Tal como postula Dejours (s/n) “(...) não há sujeito sem história singular, e quando diante de uma situação, o sujeito a experimenta, a interpreta, reage a ela e eventualmente procura transformá-la, em função do sentido que tal situação adquire na própria evolução de sua biografia”.

Herold Jr (2006), Ortega (2008), Ortega e Zorzaneli (2010), Le Breton (2011) utilizam-se, para suas análises, do conceito de corpo próprio e esquema corporal pelos quais Merleau-Ponty (2006) situa a corporeidade. Deste ponto de vista, antes de se estabelecer as relações humanas mediadas pela cultura, necessita-se respirar e se alimentar. Equivale dizer que as experiências que compõem nosso ser no mundo são da ordem do acontecimento corporal e psíquico. Neste sentido é que se precisa

compreender o que acontece com o trabalhador que vive no seu cotidiano o formigamento e a dor, seja ela esporádica ou crônica, a perda de sensibilidade, distúrbios do sono, irritabilidade, como indica Dal Magro (2012).

O conceito do corpo próprio refere-se à irreducibilidade do corpo ao pensamento ou do pensamento ao corpo. Desta forma, Merleau-Ponty (2006) assinala que o único modo de conhecer o próprio corpo ou o corpo do outro é o vivido. O modo de viver, para o autor francês, está sempre atravessado pelas significações peculiares à experiência temporalizada, ligada à própria cultura e concebida como significações retomadas e novamente produzidas ao longo da história coletiva e singular.

As significações compõem a cultura e constituem a experiência singular do ser humano, impregnando-o e conduzindo-o sem o determinar, até mesmo nas primeiras percepções do bebê. O esquema corporal é esta apropriação da própria história, encarnada, isto é, vivida e apresentada através dos gestos mais simples como pegar um copo. O esquema corporal reúne o processo dialético do ser no mundo, em que a partir de uma materialidade e um conjunto de significações previamente dados - mas sempre passíveis de transformação - lança-se em direção a projetos cujos fins são alcançados também pelo gesto que implica certos saberes e/ou conhecimentos. Este núcleo de significações constitutivos da corporeidade, Merleau-Ponty (2006, p. 211) chama de *hábitos* e considera que:

A análise do hábito motor enquanto extensão da existência prolonga-se, portanto em uma análise do hábito perceptivo enquanto aquisição de um mundo. Reciprocamente, todo hábito perceptivo é ainda um hábito motor, e ainda aqui a apreensão de uma significação se faz pelo corpo.

Dejours (2004a, p.29), ao discutir a subjetividade e o corpo, demarca que “[...] A subjetividade só se experimenta na singularidade irreduzível de uma encarnação, de um corpo particular e de uma corporeidade absolutamente única.” Postula ainda que essa associação implica determinadas circunstâncias definidas pela peculiaridade da situação e, também, por certo “[...] vir-a-ser ou até mesmo de um destino, com implicações no registro da saúde e da patologia mental, fundamentalmente interrompidas neste corpo e no seu porvir na experiência do trabalhar”.

Autores respaldados em noções diversas sobre a corporeidade (OLIVEIRA, 2004; TEIXEIRA e GUIMARÃES, 2006; REIS, 2008) e no documento da Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho de Portugal (2006), fundamentados em pesquisas

sobre a reabilitação e a inserção no mercado de trabalho, atestam as modificações corporais referidas e algumas das suas implicações. Destacam, principalmente, a utilização da CIF para definir os conceitos de funcionalidade, deficiência e desvantagens a partir dos desdobramentos da deficiência adquirida e suas características orgânicas, psíquicas e sociais.

Os estudos portugueses situados no campo da reabilitação profissional (OLIVEIRA, 2004; Reis, 2008) apresentam dados sobre a deficiência adquirida no trabalho, reportando-se mais aos acidentes de trabalho do que às doenças ocupacionais. No Brasil, Teixeira e Guimarães (2006) voltam-se para a orientação vocacional objetivando a reintegração profissional. Elas resgatam os dados do senso de 2000 do IBGE, único que discrimina dados sobre pessoas com deficiência, salientando que 14,5% da população brasileira tem alguma deficiência, isto é, física, visual, auditiva, mental ou múltiplas.

No Brasil ainda faltam estudos que contemplem o possível nexo deficiência adquirida e trabalho, conquanto o debate sobre os conceitos deficiência, funcionalidade e desvantagens estejam presentes, bem como, formas de classificação. Assim, carece acrescentar também as dimensões trazidas pelo campo da saúde coletiva que “[...] considera o trabalho em suas diferentes formas de organização, divisão e valorização, características de cada formação social, compreendendo as relações entre trabalho e processo saúde-doença em suas implicações históricas.” (SATO e LACAZ, 2006).

A psicologia tem avançado, segundo Sato e Lacaz (2006), tanto no que se refere ao diagnóstico como à intervenção em saúde do trabalhador. O modelo operário italiano, como se denomina no Brasil a atuação de Odone (1986) entre outros, inspirou a forma de tratamento técnico-científico da experiência operária, isto é, o saber que o operário possui sobre o seu fazer e suas relações concretas. Odone influencia pesquisadores como Ives Clôt (VIEIRA, BARROS e LIMA, 2007), que confirma a importância de se abarcar os aspectos psicológicos contextualizados na materialidade em que a atividade se inscreve. Concorde-se com o predomínio do real e nele uma série de contradições que abrangem desde o conflito capital *versus* trabalho nas relações sociais até seus desdobramentos na organização do trabalho. Entretanto, reivindica-se o vivido como uma experiência particular que nem sempre ocorre como conhecimento, pois muitas vezes está no âmbito do não dito, do não explicitado ou do silêncio (DEJOURS e BÈGUE, 2010).

Deste modo, é possível conceber que as contradições entre medo, dominação, prazer, sofrimento e dor fazem parte da mesma experiência. E também que uma pessoa possa manter-se trabalhando em condições que condicionam o seu destino, ou seja, uma modificação no seu corpo que afetará toda a sua vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da exposição de conceitos oriundos da obra de Merleau-Ponty e de Dejours, pode-se refletir sobre a miríade de mudanças que envolvem a deficiência física adquirida pelo trabalho. Conforme a compreensão em desenvolvimento lança-se a hipótese de que uma transformação da corporeidade compromete as significações singulares experimentadas numa *presença ao mundo, aos outros e a temporalidade*, logo, a própria dinâmica existencial, o que pode desdobrar no sofrimento psíquico ou numa psicopatologia.

Dentro disto, chamamos a atenção para a complexa historicidade da definição das nomenclaturas, tais como, deficiência, desvantagem e funcionalidade, que necessita ser revisitada, principalmente no que se refere à utilização da CIF no Brasil pela Assistência Social.

Importante ressaltar ainda, a relevância da caracterização do problema das deficiências adquiridas pelo trabalho e, mais especificamente, a deficiência física adquirida pelo trabalho, pois devem implicar-se certas peculiaridades, sobretudo em relação a políticas públicas.

REFEÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFICIENTES SINISTRADOS NO TRABALHO. *A reintegração sócio-profissional da pessoa com deficiência adquirida por acidente de trabalho*. Portugal, 2006.

BAUER, Martin; GASKELL, George (org.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL, Brasil.gov.br <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/05/16/numero-de-trabalhadores-formais-aumenta-17-3-em-tres-anos-aponta-ibge>

Acessado em 11_09_2012

BRASIL, Ministério da Previdência Social e Emprego. Anuário Estatístico da Previdência Social, Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. *Portaria N.º273 DE 16 DE AGOSTO DE 2011*: Texto para consulta pública da Norma Regulamentadora sobre Abate e Processamento de Carnes e Derivados. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Avaliação das pessoas com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada da assistência social: um novo instrumento baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Brasília, DF: 2007.

BARRETO, Margarida; NETTO, Nilson B.; PEREIRA, Lourival B. *Do assédio moral a morte de si*. São Paulo: Matsunaga, 2011.

CAVECHINI, C.; BARROS, C. J. *Carne e Osso*. Documentário. Reporter Brasil, 2011.

CARVALHO-FREITAS, M.N. e MARQUES, A.L. O trabalho e as pessoas com deficiência: Pesquisas, Práticas e Instrumentos de Diagnóstico. Curitiba: Juruá, 2010.

DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit. *Entre a saúde e a norma: a atenção à saúde dos trabalhadores das agroindústrias do oeste de Santa Catarina*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2012.

DEJOURS, Christophe. Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês.

<http://pt.scribd.com/doc/18560752/Inteligencia-Operaria-E-Organizacao-do-Trabalho-Dejours> Acesso em 06/08/2012

DEJOURS, Christophe. *Subjetividade, trabalho e ação*. Revista Produção. V.14, n.3, p.027-034, set/dez. 2004a.

DEJOURS, Christophe. *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Celma Lacman e Laerte IdalSznelwar (orgs.) – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004b.

DEJOURS, C.; BÈGUE, F. *Suicídio e trabalho: o que fazer?* Brasília, Paralelo 15, 2010.

DINIZ, D; MEDEIROS, A; SQUINCA, F. Reflexões sobre a versão em Português da *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(10):2507-2510, out, 2007.

ESPÍNDOLA, José Carlos. *As Agroindústrias no Brasil: o Caso Sadia*. Chapecó: Editora Grifos, 1999.

FARIAS, N; BUCHALLA, C.M. *A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas*. Revista Brasileira de Epidemiologia, 2005; 8(2): 187-93.

FLEURY, Sônia; LOBATO, Laura de Vasconcelos Costa. *Participação, Democracia e Saúde*. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.

HEROLD Jr. Carlos. *Corpo no trabalho e corpo pelo trabalho: perspectivas no estudo da corporalidade e da educação no capitalismo contemporâneo*. Trabalho. Educação. Saúde. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 11-35, 2012.

HEROLD Jr., Carlos. *As relações entre corpo e trabalho: contribuição crítica à educação* (2006). 138 f. Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

IBGE (2009). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.6, n.13, p.1-21, 2014.

LACAZ, Francisco A. C.; MYNAIO-GOMES, Carlos. *Sáude do Trabalhador: novas - velhas questões*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, n. 4, p. 797, 2005.

LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal. *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro e Brasília: Editora Fiocruz e Paralelo 15, 2004.

LE BRETON, David. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. 6°. ed. Campinas: SP: Papyrus, 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MERLO, A.R.C. *Para ampliar o debate sobre a saúde dos trabalhadores*. Ciência Sociais e Saúde Coletiva. 10 (4): 808-815, 2005.

MERLO, A.R.C.; LAPIS, N.L. *A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface entre a psicodinâmica do trabalho e a sociologia do trabalho*. Psicologia & Sociedade; 19 (1): 61-68; jan/abr. 2007.

MERLO, A.R.C; MENDES, A.M. *Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, V.12(2), 141-156, 2009.

MINAYO-GOMEZ, Carlos (org). *Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea*. Editora Fiocruz: S, 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO EMPREGO. *NR-36 -SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM EMPRESAS DE ABATE E PROCESSAMENTO DE CARNES E DERIVADOS*, (2013). Portaria MTE n.º 555, de 18 de abril de 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO. Termo de Ajuste de Conduta n. 01477/2011. In: Procuradoria Regional do Trabalho da 12º Região, Ministério Público do Trabalho (Ed.). Chapecó/SC, 2011.

Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.6, n.13, p.1-21, 2014.

NELI, M.A. *Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador: um estudos com os trabalhadores com uma indústria avícola*. Dissertação de Mestrado - Pós-Graduação em Ciências Médicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

OLIVEIRA, R.O. *O sujeito e corpo perante a incapacidade física*. Revista Portuguesa de Psicossomática.Vol.6, (1), 2004.

ORTEGA, Francisco. *Corpo e Tecnologias de Visualização Médica: entre a Fragmentação na Cultura do Espetáculo e a Fenomenologia do Corpo Vivido*. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 237-257, 2005.

ORTEGA, Francisco. *O Corpo Incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ORTEGA, Francisco; ZORZANELLI, Rafela. *Corpo em evidência: a ciência e a redefinição do humano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, OMS. *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF*, Lisboa, 2004.

PEZE, Marie. *Ils ne mouraient pas tousmaistousétaient frappes*. ChampsActuel. Paris, 2010.

SANTOS, Maria Aparecida dos *O Sofrimento dos Trabalhadores da Agroindústria Sadia S.A de Chapecó*. Dissertação de Mestrado - Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SARDA, Sandro Eduardo; RUIZ, Roberto Carlos; KIRTSCHIG, Guilherme. *Tutela jurídica da saúde dos empregados de frigoríficos: considerações dos serviços públicos*. Revista ACTA v.16(2), p. 59-65, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada - ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SILVA, Rosane Neves da. *A invenção da psicologia social*. Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.

SATO, L.; LACAZ, F. A. C. & BERNARDO, M. H. *Psicologia e saúde do trabalhador: práticas e investigações na Saúde Pública de São Paulo*. Estudos de Psicologia. V.11(3): 281-288, 2006.

TEIXEIRA, A.M.; GUIMARÃES, L. *Vida revirada: deficiência adquirida na fase adulta produtiva*. Revista Mal-Estar e Subjetividade. Fortaleza, V. 4(1), p. 182-200, 2006.

VIEIRA, C.E.C.; BARROS, V.A.; LIMA, F.P.A. *Uma abordagem da psicologia na presença do trabalho*. Psicologia em Revista, v. 14(1), 2007.